

Diáspora impulsionada: interseccionalidade, diferenças e poder na produção de experiências de violência de venezuelanas refugiadas*

Driven diaspora: intersectionality, differences, and power in the production of violence experiences among Venezuelan refugee women

Diáspora impulsada: interseccionalidad, diferencias y poder en la producción de experiencias de violencia de mujeres venezolanas refugiadas

Rubia Geovana Smaniotto Gehlen^I , Laís Alves Molina^I , Marta Cocco^{II} ,
Maria del Mar Pastor Bravo^{III} , Tassiane Ferreira Langendorf^I ,
Stela Maris de Mello Padoin^I 

^I Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

^{II} Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil

^{III} Universidade de Múrcia, Instituto Murciano de Pesquisa Biosanitária Pascual Parrilla (IMIB), Múrcia, Espanha

* Extraído da dissertação "Mulheres venezuelanas refugiadas em contexto de mobilidade e reterritorialização: violências, vulnerabilidades e interseccionalidade", Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

Resumo

Objetivo: mapear e analisar as experiências de violência de mulheres venezuelanas refugiadas na trajetória migratória, incluindo intersecções, marcadores sociais de diferença e relações de poder entrecruzadas. **Método:** estudo qualitativo com dez mulheres do Sul do Brasil, mediante entrevistas submetidas à análise de conteúdo temática. **Resultados:** os tipos de violência foram: estrutural, intrafamiliar, por parceiro íntimo, institucional, na esfera social e laboral; nas formas moral, psicológica, física e sexual; interseccionadas com marcadores de diferença de raça, classe, gênero, nacionalidade, língua, cultura, geração, corpo, sexualidade, territorialidade e estado civil; nos contextos do país de origem, processo migratório e reterritorialização. **Conclusão:** a produção da violência articula-se em quatro níveis analíticos: fenômenos sociais de opressão e discriminação; relações hierárquicas de saber-poder; atribuição de identidades forjadas pela intersecção dos marcadores; e construção sociopolítica, cultural e linguística do corpo, impactando diretamente a saúde, qualidade de vida e os direitos fundamentais dessas mulheres. **Descritores:** Violência contra a Mulher; Refugiados; Migração Humana; Determinantes Sociais da Saúde; Pesquisa Qualitativa

Abstract

Objective: to map and analyze the violence experiences faced by Venezuelan refugee women throughout their migration journey, including intersections, social markers of difference, and

intertwined power relations. **Methods:** a qualitative study involving ten women from Southern Brazil, conducted through interviews that were subjected to thematic content analysis. **Results:** the *types* of violence were as follows: structural, intrafamilial, by an intimate partner, institutional, in the social sphere, and in the workplace; in moral, psychological, physical, and sexual *forms*; intersected with *markers of difference* such as race, class, gender, nationality, language, culture, generation, body, sexuality, territoriality, and marital *status*; in the *contexts* of the country of origin, migratory process, and reterritorialization. **Conclusion:** the production of violence is articulated on four analytical levels: social phenomena of oppression and discrimination; hierarchical power-knowledge relationships; assignment of identities forged by the intersection of markers; and the sociopolitical, cultural, and linguistic construction of the body, directly impacting the health, quality of life, and fundamental rights of these women.

Descriptors: Violence Against Women; Refugees; Human Migration; Social Determinants of Health; Qualitative Research

Resumen

Objetivo: mapear y analizar las experiencias de violencia de mujeres venezolanas refugiadas durante la trayectoria migratoria, incluidas las intersecciones, los marcadores sociales de diferencia y las relaciones de poder entrecruzadas. **Método:** estudio cualitativo con diez mujeres del sur de Brasil, mediante entrevistas sometidas a análisis de contenido temático. **Resultados:** los *tipos* de violencia identificados fueron: estructural, intrafamiliar, de pareja íntima, institucional y en los ámbitos social y laboral; manifestados en las *formas* moral, psicológica, física y sexual; en intersección con *marcadores de diferencia* relacionados con raza, clase, género, nacionalidad, lengua, cultura, generación, cuerpo, sexualidad, territorialidad y estado civil; en los *contextos* del país de origen, del proceso migratorio y de la reterritorialización. **Conclusión:** la producción de la violencia se articula en cuatro niveles analíticos: fenómenos sociales de opresión y discriminación; relaciones jerárquicas de saber-poder; atribución de identidades forjadas por la intersección de los marcadores; y construcción sociopolítica, cultural y lingüística del cuerpo, con repercusiones directas en la salud, la calidad de vida y los derechos fundamentales de estas mujeres.

Descriptores: Violencia contra la Mujer; Refugiados; Migración Humana; Determinantes Sociales de la Salud; Investigación Cualitativa

Introdução

Nas últimas décadas, o deslocamento forçado de populações alcançou sua maior expressão desde a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina e no Caribe, a crise venezuelana tornou-se um dos principais fenômenos migratórios contemporâneos.¹ Em 2024, cerca de 8 milhões de venezuelanos deixaram seu país, dos quais mais de 6,7 milhões se estabeleceram em nações vizinhas.² Nesse contexto, o Brasil consolidou-se como importante destino e corredor migratório, estando entre os países do Cone Sul que mais receberam migrantes desde 2016.³

O êxodo venezuelano decorre de vários fatores, tais como busca por estabilidade econômica e fuga de violência e repressão política. Mulheres e crianças representam

cerca de metade da população deslocada, que enfrentam vulnerabilidades ampliadas durante o percurso migratório.³⁻⁴ Roraima, a principal porta de entrada desses migrantes no Brasil, apresenta limitações estruturais relacionadas à localização geográfica, à sua baixa participação no Produto Interno Bruto nacional e à disponibilidade restrita de recursos e serviços, o que afeta sua capacidade de acolhimento, abrigo e integração socioeconômica.⁵⁻⁶

As mulheres venezuelanas estão particularmente expostas à fragilização da proteção jurídica, à precarização das condições de vida, à estigmatização e a diversas formas de violência.⁷ Assim, a experiência migratória configura-se como um fenômeno interseccional, em que marcadores sociais (tais como gênero, nacionalidade, classe e condição migratória) se articulam, produzindo desigualdades e intensificando vulnerabilidades.⁸

A análise dessas trajetórias requer uma reflexão crítica sobre os efeitos da migração na identidade social das mulheres deslocadas. Embora a mobilidade possa favorecer novas formas de subjetivação, ela também pode reafirmar padrões identitários preexistentes, cristalizando representações reducionistas nas migrantes.⁹ Para compreender melhor essas experiências, foi adotada uma abordagem teórico-analítica baseada nas perspectivas feministas interseccionais; elas permitem examinar as violências e violações de direitos produzidas pelas relações de saber-poder, não pertencimento e sistemas de opressão histórica e socialmente constituídos.⁹⁻¹⁰

A interseccionalidade (originada no ativismo dos movimentos feministas) questiona análises isoladas das categorias sociais, enfatizando a articulação entre identidades, diferenças e desigualdades.¹¹⁻¹³ Essa perspectiva não se limita à identificação de vários sistemas de dominação, mas problematiza a hierarquização dos eixos de opressão e sua vinculação a relações assimétricas de saber-poder.¹⁰ Isso possibilita compreender melhor como a interação entre diferentes marcadores define posições nos espaços sociais, políticos e econômicos, especialmente quando as vulnerabilidades (relacionadas a gênero, nacionalidade, classe, refúgio e estigmatização) não são reconhecidas.^{7,14}

A intersecção desses marcadores pode favorecer contextos de exposição à violência, repercutindo nas condições de vida e saúde das mulheres que buscam refúgio. Investigar as singularidades de seus trajetos migratórios contribui para melhor

compreender as violências como fenômenos socialmente produzidos e relacionados aos determinantes sociais da saúde. Portanto, o objetivo desta investigação foi mapear e analisar as experiências de violência vivenciadas por mulheres venezuelanas refugiadas ao longo da trajetória migratória, incluindo intersecções, marcadores sociais de diferenças e relações de poder entrecruzadas.

Método

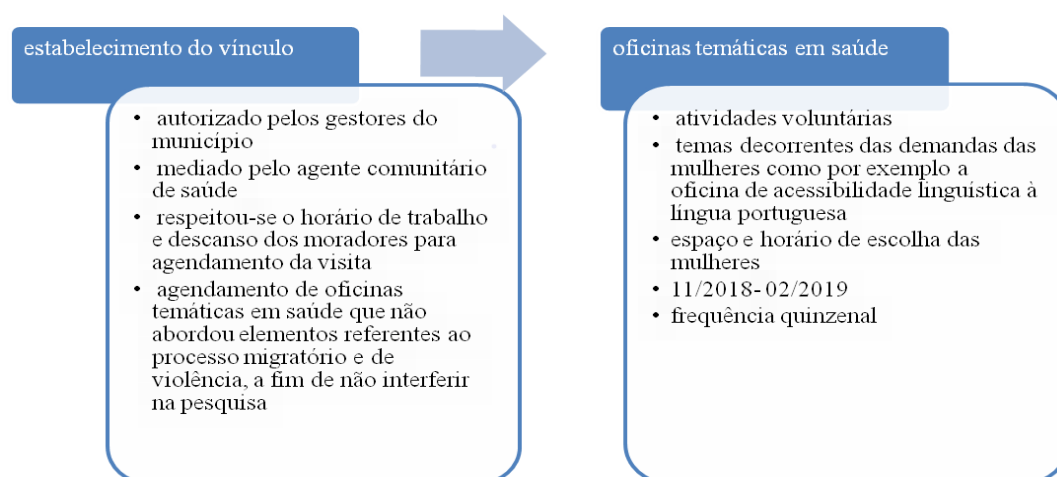
Esta foi uma pesquisa qualitativa. A lista de verificação *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ) foi usada, pois ela promove relatórios completos e transparentes entre pesquisadores.¹⁵ O estudo foi realizado em Chapada, Rio Grande do Sul.

Esta cidade pertence ao primeiro Estado brasileiro que se apresentou voluntariamente ao Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil e às Nações Unidas para acolhimento e ajuda humanitária de migrantes venezuelanos por meio do Programa de Interiorização.¹⁶

O grupo de venezuelanos chegou à cidade em setembro de 2018 e foi abrigado em um refúgio em sua área rural. Este local havia sido estruturado e preparado pelos gestores municipais para receber um grupo de 52 pessoas (12 homens, 12 mulheres, 21 crianças e sete adolescentes) com *status* de refugiados. Assim, a coleta de dados ocorreu em seus domicílios, no período fevereiro-abril de 2019.

As participantes no estudo foram 10 mulheres refugiadas venezuelanas do grupo. O critério de inclusão foi mulheres com 18 anos ou mais. Não houve recusa, mas duas das 12 mulheres do grupo mudaram para outra cidade por motivos de trabalho antes do período da pesquisa.

Visando aproximar e estabelecer vínculo com as potenciais participantes no estudo, foram realizadas atividades voluntárias pela entrevistadora que é enfermeira, tem experiência em coleta de dados em pesquisa qualitativa e residia no município onde os dados foram coletados. A Figura 1 resume os passos de abordagem das participantes para que elas estabelecessem um vínculo com a pesquisadora.

Figura 1 - Aproximação e vínculo com as participantes

Os dados foram gerados a partir de entrevistas individuais em profundidade; elas foram previamente agendadas (por telefone ou presencialmente) e realizadas de acordo com o dia, horário e local adequados, priorizando o sigilo. Todas participantes optaram por entrevistas em suas residências, nos horários quando estavam sozinhas (e após o horário de trabalho para aquelas que estavam empregadas), o que permitiu que a conversa fluísse com perguntas mais aprofundadas e sem interrupção. A proposta foi apresentada individualmente, e as mulheres foram convidadas a participar na pesquisa, quando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido foi lido e comentado em uma linguagem acessível. Todas elas confirmaram a compreensão plena do processo ético. Neste momento, elas também eram informadas que poderiam escolher o idioma (português ou espanhol) durante a entrevista. Todas optaram por falar em português como uma forma de mostrar avanço em seu processo de aculturação.

As entrevistas foram transcritas integralmente, preservando a fala original das participantes e mantendo os termos em espanhol e português. A transcrição das entrevistas e os respectivos mapas categoriais não foram submetidos à validação subsequente pelas participantes para evitar o viés de reinterpretação tardia. A fidedignidade dos depoimentos foi baseada na escuta exhaustiva dos áudios e no alinhamento rigoroso entre os autores durante a fase de categorização.

O material foi submetido à análise de conteúdo, tendo sido estruturada em três etapas: pré-análise (escuta e leitura minuciosa dos dados, seguida da identificação

cromática de fragmentos para agrupar ideias correlatas); exploração do material (focando a catalogação de palavras, frases e expressões que dão sentido ao conteúdo dos depoimentos e subsidiam a definição de categorias temáticas) e análise e interpretação dos dados (à luz da perspectiva teórico-analítica crítica da Interseccionalidade).^{11-12,14} A geração de dados terminou quando a lógica interna do objeto de estudo foi compreendida.¹⁷

Para preservar o anonimato das participantes, elas foram identificadas com codinomes de *flores*. Este estudo foi desenvolvido conforme os padrões éticos exigidos e presentes na Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde,¹⁸ e avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 05215318.9.0000.5346 e Parecer 3.108.850.

Resultados

As participantes declararam-se como pardas (n=10), tinham 18-45 anos de idade, a maioria estava em união estável (n=6) e tinham filhos (n=8). Em relação ao nível de escolaridade, duas delas tinham ensino superior completo e quatro tinham ensino fundamental incompleto. Todas elas afirmaram ser proprietárias de casas e ter emprego estável em seu país natal. Em relação à família, duas delas tiveram filhos no Brasil. No contexto da cidade de Chapada, a renda mensal variou de um a dois salários-mínimos por família. Todas elas migraram de diferentes regiões da Venezuela; portanto, elas não se conheciam antes do processo migratório de interiorização.

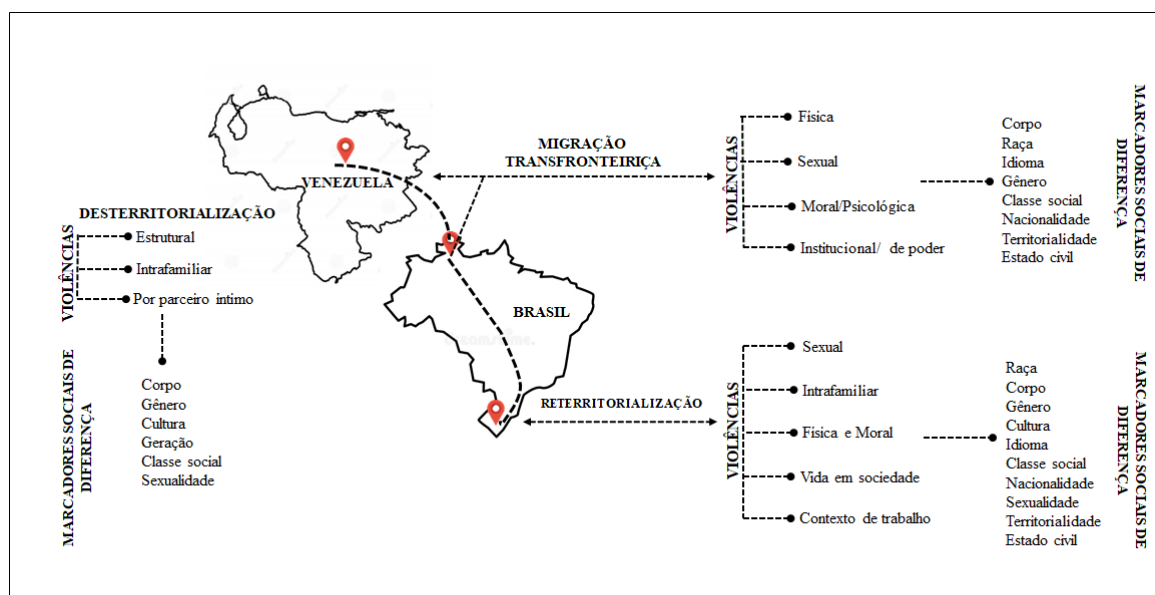
Mapeando as experiências de violência e intersecção, marcadores sociais e relações de poder entrecruzados

O resultado do mapeamento das experiências de violência revelou três contextos que permearam a trajetória migratória: desterritorialização (saída da Venezuela), migração transfronteiriça (movimento e chegada ao Brasil) e reterritorialização (Chapada). Neste artigo, o conjunto desses contextos (que constituíram a trajetória migratória percorrida) será chamado de **Diáspora Impulsionada**, considerando que as diásporas se caracterizam como um fenômeno que evidencia o aspecto coletivo das

migrações a partir de experiências de deslocamento,¹⁹ e o deslocamento dessas mulheres foi impulsionado por suas experiências de violência, tanto individual quanto coletivamente, bem como pela necessidade de romper tais experiências. Diante dessas experiências, o início da diáspora ocorreu em seu país natal, mas a continuidade e agregação de novas experiências de violência após sua chegada ao Brasil continuou levando-as a permanecer na diáspora no território brasileiro.

A análise do conteúdo das falas das mulheres (usando a perspectiva teórico-analítica crítica da **Interseccionalidade**) permitiu classificar essas experiências e identificar intersecções, relações de poder e marcadores sociais das diferenças que se articulam nas práticas de violência (Figura 2).

Figura 2 - Mapeamento das experiências de violência e dos marcadores sociais interseccionados de mulheres venezuelanas refugiadas na Diáspora Impulsionada



Experiências de violência no país de origem

Os relatos mostram o contexto do país nativo permeado pela violência estrutural, onde o Estado restringia o acesso aos direitos básicos e a uma vida digna, gerando assim um quadro de exclusão, vulnerabilidade e graves violações dos Direitos Humanos. Foram observadas violências nos âmbitos individual e social baseadas nas desigualdades estruturais de gênero, diante de uma sociedade cujas leis e princípios se mostravam deteriorados.

Foram também encontradas evidências de violência intrafamiliar e parceiro íntimo; elas revelaram relações de poder desiguais e opressoras, que afetaram as integridades física e psicológica das mulheres, além de restringir sua liberdade. Além disso, destacou-se a subjugação feminina baseada no corpo e na sexualidade, pois as mulheres foram reduzidas ao simples papel de coadjuvantes de seus maridos, tendo sua existência restrita à maternidade. Os relatos também evidenciaram conflitos geracionais desencadeados por uma cultura patriarcal, associada à hierarquia de saber e poder nas relações heterossexuais normativas.

Assim, foi observado que tanto a violência estrutural do país de origem como as violências doméstica e intrafamiliar foram os principais gatilhos para a decisão de iniciar a diáspora. Os relatos das mulheres sobre os tipos de violência vivenciados e os marcadores entrecruzados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Experiências de violência e os marcadores sociais entrecruzados no contexto do país de origem

Violência estrutural	
Classe e/ou Gênero	<i>Decidi migrar por causa da comida, dos remédios, da violência; muitas balas, tiros, bombas [...]. (Azaleia)</i>
	<i>A crise, a inflação, era impossível ter poder de compra, tudo estava se deteriorando gradualmente. (Rosa)</i>
	<i>Eu estava voltando de procurar emprego [...] alguns homens começaram a me seguir [...] eles começaram a se aproximar, eu olhei para trás e pude ver que dois deles tinham uma arma nas mãos, comecei a rezar e correr, e eles começaram a correr e gritar: não adianta correr, princesa, a gente vai te pegar, você é nossa [chorando]. (Angélica)</i>
Violência intrafamiliar	
Gênero e/ou Cultura e/ou Geração e/ou Sexo e/ou Sexualidade e/ou Corpo	<i>Tentei me divorciar, mas minha mãe não me deixou; ela disse que não era uma coisa para fazer e que eu tinha que pensar nos meus filhos; continuei, até que ele tentou me matar! [...] Eu pensei 'Quero que meus filhos cresçam com um pai e uma mãe como fui criada'; pensei que o homem com quem me casei era aquele com quem eu deveria morar. Tolei a violência por muitos anos. (Rosa)</i>
	<i>Meu pai [...] foi muito rigoroso [...] ele batia na minha mãe, às vezes na gente também [...]; meus irmãos iam para a escola, só que eu não, a única mulher da família. Meu pai dizia que eu tinha que arrumar um marido e ficar em casa cuidando da minha família, e para isso não precisaria estudar. Não terminei a escola porque meu marido não gostava [...]. (Orquídea)</i>
	<i>Meu pai falou com o pai dele [pai do marido] e eles arranjaram o nosso casamento [...] Quando meu pai chegou em casa e disse que eu ia me casar com ele, eu chorei muito, mas minha mãe conversou comigo e eu pensei, aqui nesse lugar eu não vou encontrar ninguém melhor; eu resolvi casar. (Violeta)</i>

Violência por parceiro íntimo	
Gênero e/ou Sexualidade e/ou Corpo	<i>Eu vim para o Brasil para fugir do meu ex-marido [...]; ele estava me perseguindo e ameaçando a minha vida e a dos meus filhos [...] Sofri todo tipo de violência com ele; física, verbal, psicológica e até sexual, que foi como engravidei do meu terceiro filho. [...] Ele tentou me matar, tentou me estrangular com o cinto e não conseguiu, tentou me jogar pela janela. Rosa</i>
	<i>Tive que vir para o Brasil com minha tia para poder me afastar do meu namorado que não me deixava sozinha e estava tentando me forçar a voltar [o relacionamento] Ele era abusivo. (Lírio)</i>
	<i>Ele [namorado] começou todos os dias a me xingar, a me xingar, a me humilhar [...]; ele discutiu comigo pelas roupas que eu usava, ele não queria mais que eu tivesse amigos [...] Eu ia começar a faculdade e ele não me deixou [...] Comecei a falar com minha mãe escondida dele porque ele não queria mais que eu falasse tanto com ela [...] Eu não podia sair, ele não me deixava. (Lírio)</i>

Violência no processo migratório

As mulheres falaram sobre os eventos vivenciados durante o deslocamento, focando na chegada ao Brasil em busca de ressocialização. Foram identificadas violências física, moral e psicológica, perpetradas principalmente por pessoas da comunidade local, envolvendo constrangimento, humilhação, insultos, injúria racial e limitação do direito à liberdade de movimento.

Lugares que deveriam ser seguros (tais como refúgios religiosos) também foram palco de violência moral e sexual. Além disso, houve eventos envolvendo abuso institucional de poder por parte da polícia (que empregou o poder do Estado coercitivamente) e pelos hospitais (dando tratamento diferenciado e cuidados de saúde discriminados aos refugiados). Assim, as mulheres refugiadas vivenciaram situações de desvalorização e exclusão por sua raça, classe, idioma e nacionalidade.

Além disso, a discriminação baseada em gênero e estado civil também se destacou em relatos sobre práticas machistas e ofertas de trabalho sexual, pois para muitos autóctones (nativos brasileiros) essa é a única justificativa plausível para mulheres que migram solteiras e sozinhas. A construção de espaços materiais e existenciais (como forma de controle sobre seus corpos) limitou sistematicamente sua capacidade de buscar ações de enfrentamento. Os relatos das mulheres evidenciando os tipos de violência vivenciados e os marcadores sociais entrecruzados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Experiências de violência e marcadores sociais entrecruzados no processo migratório

Violência moral e psicológica	
Gênero e/ou Nacionalidade e/ou Raça e/ou Idioma e/ou Classe e/ou Corpo e/ou Estado Civil	<i>Vivi muita, muita xenofobia, discriminação, por ser uma mulher migrante, por não falar português, pela cor da minha pele. Eles me chamaram de negra suja lá em Boa Vista; e eu nem sou tão negra assim. (Rosa)</i> <i>Eu batia de porta em porta e perguntava 'olha, preciso de trabalho, posso limpar sua casa', e eles gritavam 'aqui não, volte para o seu país', 'venezuelana suja não quero você aqui' [...] e eles bateram a porta na minha cara [...] Havia outra que queria me pagar com um prato de comida para limpar toda a casa! [fala em voz alta] [...] Eu sou de outro país, mas sou pessoa como eles, por que eles me tratariam assim? (Girassol)</i> <i>Dormíamos no chão porque não havia dinheiro para ir a outro lugar, e eu estava segurando minha mala porque não queria que o pouco que restava de tudo o que eu tinha fosse roubado de mim, e as pessoas diziam que íamos levar um tiro na cara. (Orquídea)</i> <i>Passamos por muita humilhação, fome, dormimos en la calle [na rua] [...] sem tomar banho, comer o que sua tia trouxe da Venezuela [...] Sofri muita violência verbal e discriminação [...] Se somos bonitas e migramos, é porque somos prostitutas. Eles não respeitam nossos corpos, não respeitam ninguém. (Lírio)</i> <i>Minha sobrinha e eu estávamos sentadas na calçada e alguns homens passaram de carro e começaram a gritar coisas muito desagradáveis para nós, perguntando quanto era a conexão e dizendo que pagariam com comida [...] foi muito triste. (Violeta)</i>
Violência sexual e física	
Nacionalidade e/ou Gênero e/ou Territorialidade e/ou Classe e/ou Corpo	<i>Conhecemos um homem em uma igreja que disse que era cristão e tinha um abrigo [...] ele nos enganou; ele não era cristão de jeito nenhum [pausa] à noite ele mostrou quem ele era, ele me atacou na cozinha [...] meu marido, que já está com ciúmes, veio me procurar porque eu estava demorando muito e o pegou tentando me estuprar. (Narciso)</i> <i>A gente sofreu violência física também, eles jogaram coisas na gente, passaram de carro e jogaram coisas, comida, líquidos, teve uma família que um dia foi atropelada por um saco de cocô [frase dita com muita ênfase]. (Girassol)</i>
Abuso de poder institucional	
Nacionalidade e/ou Classe e/ou Raça e/ou Corpo e/ou Territorialidade	<i>Eu e meu filho fomos lá para nos protegermos da chuva, na zona fora do restaurante, sabes [...] O restaurante chamou a polícia. Pense só, como se eu fosse uma criminosa, uma ladra, e eles chegassem com essas coisas, sabe, com armas e isso [...] bastão [...] e começou a gritar: 'Saíam daqui, seus negros imundos e nojentos! Fora!' E passamos a noite assim [...] molhado, meu filho e eu ficamos doentes depois. (Tulipa)</i> <i>Quando fui ter meu bebê em Boa Vista, fiquei com medo do parto, porque sou pequenina e magra, fiquei com medo. Mas eles não fazem cesarianas em mulheres imigrantes, [...] Eles não tratam a gente [no hospital] como tratam as brasileiras. (Narciso)</i>

Eventos cíclicos de violência, vulnerabilidades e violação de direitos humanos foram proeminentes no deslocamento das mulheres venezuelanas. Barreiras linguísticas, falta de rede de apoio social e recursos econômicos para alugar imóveis ou

comprar alimentos, incapacidade ou dificuldade de acesso a recursos (tais como refúgios, abrigos, cuidados de saúde e documentação) foram algumas das barreiras encontradas por eles. Nessas situações, eles sofreram estigmatização, segregação e estratificação por um grande segmento da sociedade.

Os participantes também sofreram restrições no acesso a emprego. Mesmo para aqueles que conseguiam emprego temporário, o salário era incompatível com a atividade exercida; muitas vezes os empregadores ofereciam comida como pagamento pois entendiam que (dadas as necessidades dos migrantes) qualquer moeda de troca deveria ser aceita. Assim, observaram-se exploração de classe e graves violações dos direitos humanos.

Além disso, as mulheres e suas famílias não tinham condições financeiras para alugar um imóvel. Os aluguéis para a população migrante exigiam pagamento diário; portanto, eles só podiam pagar o aluguel quando podiam trabalhar; caso contrário, na ausência de pagamento, eles seriam despejados da propriedade. Consequentemente, eles dependiam de abrigos e refúgios do governo e das igrejas para dar comida e segurança para si e sua família. Por sua vez, os refúgios (que deveriam ser locais de segurança e proteção) também foram cenário de práticas abusivas.

Violência na reterritorialização

Uma vez reterritorializadas em Chapada, as mulheres e seus contextos laborais e sociais também foram alvos de violência interseccional por meio de relações de saber-poder e não-pertencimento. Os seguintes marcadores entrecruzados moldaram a situação: nacionalidade, língua, raça, cultura, gênero, estado civil, classe, sexualidade, territorialidade e corpo. A articulação entre cultura, geração, corpo e sexualidade foi encontrada no âmbito intrafamiliar (incluindo a subjetividade dos valores pessoais em conflito), pois a mulher reconhece a situação de abuso, mas mantém a relação para preservar sua família na nova sociedade. Assim, os relatos foram permeados por crenças culturais e valores simbólicos. Violência em relação ao corpo também foi observada em relatos de abuso sexual perpetrado pela mesma pessoa (como o pastor de uma igreja), que usou sua posição de líder religioso para abordar as mulheres como pretexto de ajudá-las.

Além da violência sexual, a violência moral também foi usada para depreciar as mulheres, desacreditando-as assim perante a sociedade e a instituição de saúde. Além disso, os relatos mostraram que as mulheres omitiram a violência sofrida, pensando que sua condição de refugiada as desqualificaria em caso de denúncia ou busca de ajuda. Os relatos das mulheres evidenciando os tipos de violência vivenciados e os marcadores sociais entrecruzados são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Experiências de violência e os marcadores sociais entrecruzados no contexto da reterritorialização

Vida social	
Nacionalidade e/ou Raça e/ou Idioma e/ou Cultura e/ou Sexo e/ou Estado civil e/ou Territorialidade	<i>Eles nos discriminam porque somos de outro país e falamos outra língua [...] é também por causa da cor da nossa pele [...] lá atrás [na Venezuela] não existe discriminação pela cor da pele com a qual você nasceu. (Lírio)</i> <i>Há muito preconceito contra nós, mulheres, que migramos sem nenhum homem, sem ninguém. Muitas vezes, as pessoas não entendem por que passamos por isso; algumas nos olham como inimigos. (Angélica)</i> <i>Há muitas pessoas que pensam que vamos roubar, que escondem o telefone pensando que vamos roubá-lo, que querem ficar longe de nós, mas não queremos trair a confiança daqueles que nos ajudaram a chegar aqui. (Azaleia)</i> <i>Nem todo mundo aceita bem a nós, migrantes, porque eles acham que a gente veio para cá para tirar o emprego deles, e tem quem ache que a gente vai trazer culturas erradas para arruinar a cidade deles, sabe? E os migrantes são sempre culpados por tudo o que acontece. (Rosa)</i> <i>Há muito preconceito, aqui [...] quando andamos na rua [...] eles mudam de calçada e não nos incluem [...] eles não nos convidam para nada, sabemos que há muita discriminação. (Camélia)</i>
Contexto de trabalho	
Nacionalidade e/ou Idioma e/ou Territorialidade	<i>Sentimos que há muita discriminação no trabalho. Eles falam 'ah, esses venezuelanos estão aqui para roubar nossos empregos', ou 'eles estão protegidos' ou 'eles não podem fazer nada, eles não sabem trabalhar e ganhar o mesmo que nós', eles discriminam porque a gente não sabe falar português direito, e qualquer coisa que aconteça 'ah, tinha que ser um venezuelano', no trabalho é onde sofremos mais discriminação. (Orquídea)</i> <i>Eu estava trabalhando no supermercado [...] mas ele [o dono] gritou com a gente, xingou na frente dos clientes, tratou mal a gente [...] ele me demitiu do nada [...] ele disse que eu não era boa em trabalhar lá, que meu português não era bom [...] ele não gritava com todo mundo, era principalmente com as mulheres. (Lírio)</i> <i>Há muito preconceito para conseguir um emprego. (Violeta)</i> <i>Tentei trabalhar em casas de família e limpar [...] mas ninguém me aceitou porque não falo bem português e eles não confiam em nós. (Girassol)</i>
Violência física e moral	

Nacionalidade e/ou Gênero e/ou Corpo e/ou Classe social e/ou Cultura e/ou Sexualidade	<i>Consegui trabalhar em uma das barracas de água e bebidas da feira [feira típica da cidade que acontece em janeiro]. Eu estava sozinha no banco naquele momento [...] um homem parou no estande, ficou olhando para mim [...] Ele pediu uma garrafa de água [...] abriu, e jogou tudo em cima de mim [...] e disse [pausa para lembrar] 'volte para o país do lixo [...] de onde você veio, sua escória socialista, este não é o seu lugar' [...] Eu sou como ele, de carne e osso, e ele não é melhor do que eu só porque estou trabalhando em um estande. (Narciso)</i> <i>Aqui [em Chapada] é pior, a gente está tendo mais dificuldades e ele [marido] não parou de beber, de ser um homem violento, bater em mim e nos meus filhos [...] depois que meus pais faleceram, eu senti que não tinha mais a obrigação de me casar, sabe? Mas eu tenho filhos, como eu poderia ficar sozinha com eles, sem estudar [...] Eu estou aguentando, e eu estou velha [risos] ninguém nunca me quereria, é melhor deixar por isso mesmo. <u>As mulheres foram feitas para sofrer; pelo menos é o que eu sempre ouvi da minha mãe.</u> (Orquídea) (ênfase dos autores)</i>
Violência sexual	
Gênero e/ou Nacionalidade e/ou Corpo	<i>Havia um pastor [...] que vinha muitas vezes à minha casa, eu confiava muito nele [...] ele me abraçava, ele sempre me tocava [...] um dia eu o chamei para orar em minha casa e naquele dia ele cruzou a linha comigo [breve pausa] ele me abraçou e me acariciou e colocou a mão no meu peito, querido Deus! E eu não sabia o que fazer e fiquei lá pensando que ele ia parar, e quando ele colocou a mão na minha perna, eu pulei do sofá e gritei 'O que você está fazendo? Você está abusando de mim? Vá embora!' e eu chorei muito. Ele foi dizer à prefeitura que eu precisava de ajuda psiquiátrica porque eu era louca. (Girassol)</i> <i>Tem um pastor que ajudou muitas mulheres venezuelanas, e um dia ele veio à minha casa e começou a falar coisas [...] que eu era bonita e que eu deveria encontrar um homem para mim nesta cidade, e ele começou [...] passar a mão pelo meu cabelo e acariciar meu rosto, e comecei a dizer 'olha o que você está fazendo?' E ele disse 'não, eu quero fazer você se sentir bem' e eu o expulsei da minha casa e disse às outras mulheres para terem cuidado porque ele não era um homem de Deus. Fiquei com muita raiva porque não é porque estou sozinha que ele pode abusar de mim. (Camélia)</i>

Discussão

A partir da decisão de iniciar a Diáspora Impulsiona, a construção identitária das mulheres venezuelanas refugiadas foi alicerçada pela intersecção de diferentes marcadores, como sendo o impacto estrutural da sociedade. Isso produziu experiências de exclusão e tensão no mapa social,²⁰ pois a atribuição de uma identidade interseccionada as condicionou em várias situações a viver sob um estigma, uma marca deteriorada.²¹ Este cenário de identidades construídas e estigmatizadas se molda na seara social frente à alteridade, que se apresenta como uma ameaça (e repercute diretamente na saúde mental e emocional das mulheres), gerando sofrimento psíquico, insegurança e retraimento social.

Nesse contexto, é relevante considerar que as sociedades constroem fronteiras entre aqueles que representam uma norma (alinhados aos padrões culturais) e aqueles

marginalizados fora dela.²² Neste estudo, as mulheres foram percebidas pelos autóctones como sujeitos que não compartilham dos mesmos atributos sociais; tal perspectiva vem do lugar social que ocupam e, portanto, das relações hierárquicas de saber-poder. Assim, as mulheres refugiadas não são definidas por si mesmas, mas pelo olhar externo que determina seu pertencimento. Essa percepção compromete a reintegração social e impacta negativamente seu acesso efetivo aos cuidados (especialmente nos serviços sociais e de saúde), com destaque para situações de violência e vulnerabilidade.

Em relação às experiências nos âmbitos intrafamiliar e interpessoal, o gênero (embora relevante) não é o único elemento de tensão e agravamento que perpetua cenários violentos. Há uma violência performativa que incide nos corpos e territórios existenciais e físicos das mulheres, como sendo um objeto de posse, controle e opressão. Neste sentido, o corpo é mais que um receptor de violência: é categoria de subjetividade, espaço simbólico e território político. Quando essa dimensão corporal é ignorada, isso contribui para o adoecimento e a invisibilidade das demandas específicas dessas mulheres.

Diante dessa compreensão ampliada da corporalidade e das várias intersecções sociais, questiona-se o uso do gênero como eixo exclusivo de explicação das situações de violência. O campo feminista interseccional critica abordagens que analisam só os marcadores sociais, ignorando sua atuação simultânea e articulada.^{11-12,14} A produção e reprodução da violência nas áreas individual, social e programática devem ser compreendidas a partir da intersecção desses marcadores, que influenciam as condições de vida e operam como determinantes sociais da saúde. Ignorar essa complexidade pode contribuir para reproduzir desigualdades e oferecer um cuidado insuficiente ou inadequado, especialmente nos serviços de saúde.

Considerando as barreiras institucionais, violência de gênero e xenofobia relatadas no presente estudo, é necessário questionar as práticas hegemônicas dos modelos tradicionais, biomédicos e fragmentados de atenção à saúde das migrantes venezuelanas. Isso aponta a necessidade de resgatar o imperativo ético-político prescrito nas diretrizes e marcos regulatórios do Sistema Único de Saúde (SUS). Para que a integralidade do cuidado deixe de ser uma abstração e se torne uma realidade

para essa população vulnerabilizada, é indispensável desenvolver competências interculturais na equipe multiprofissional, superar barreiras linguísticas e combater sistematicamente a discriminação e a xenofobia institucionais, traduzindo as “garantias” legais em fluxos efetivos de acolhimento e proteção social.

As várias identidades construídas foram transitórias e contingentes, moldadas pelos territórios materiais e simbólicos que essas mulheres percorreram na Diáspora. Assim, a universalidade identitária (que é frequentemente imposta a grupos específicos) é rejeitada. Nesse contexto, reconhecer sua condição de sujeito implica em estabelecer um sentimento de pertencimento a um grupo de referência. Não há nada de simples ou estável nisso, pois somos sujeitos multifacetados, com lealdades distintas, divergentes ou mesmo contraditórias.²¹ No aspecto social, essas várias identidades podem ser temporariamente atraentes ou rejeitadas e abandonadas.

Essas construções identitárias e suas diferenças enfatizam a existência de mecanismos de opressão, estratificação e discriminação, materializando a restrição dos direitos humanos quanto ao exercício da liberdade e à preservação da dignidade. Ao longo da Diáspora Impulsionada, novos marcadores intensificaram e/ou catalisaram situações de vulnerabilidade e violação de direitos, com impactos diretos na saúde física e mental. Quanto maior a articulação entre esses marcadores em identidades interseccionadas e estigmatizadas, maior a exposição à violência e ao adoecimento. Esse cenário de vulnerabilidade interseccional indica a necessidade de incorporar a avaliação de risco a potenciais situações de violência nos serviços de saúde, considerando os marcadores como operadores de “causa e efeito”, orientando também políticas públicas específicas que evitem a reprodução de exclusões.

Para compreender a articulação entre essas diferenças, recorre-se à analogia entre caminhos e eixos.¹⁴ O caminho corresponde à Diáspora Impulsionada, ao passo que os eixos representam diferentes marcadores sociais que se interseccionam nas experiências de violência. Esses eixos (constituídos pelos marcadores sociais e por seus atravessamentos simultâneos) conformam posições identitárias interseccionadas, produzindo diferenciações que permeiam as experiências de violência, a estratificação social e, assim, as desigualdades nos âmbitos individual e coletivo. Assim, o lugar ocupado pela mulher no mapa social é definido por sua posição nos sistemas de

classificação e estratificação: eles são estruturados por distintos marcadores sociais,¹⁹ pelos papéis sociais que lhe são atribuídos (frequentemente associados a imagens depreciativas decorrentes do não pertencimento) e pelas formas de controle exercidas sobre ela (sustentadas por sistemas inter-relacionados de opressão e discriminação presentes nas relações de saber-poder).

Nos sistemas de classificação, as posições ocupadas pelas mulheres refugiadas são subjetivas, atuando na produção dos sujeitos.²³ Em diálogo com Foucault,¹⁰ compreende-se que essas mulheres são simultaneamente sujeitos e agentes, com possibilidade de ação diante da ordem normativa que as interdita, pois é no cruzamento entre os marcadores sociais que são produzidas as opressões específicas sobre esse grupo. Porém, ainda que a identidade interseccional seja frequentemente estereotipada, ela pode originar práticas de resistência e a reinvenção do *eu* (uma dimensão importante que deve ser reconhecida também pelos serviços de saúde), promovendo autonomia e protagonismo nas práticas de cuidado. Assim, a mulher pode sair da subjetividade moldada pela ordem social para uma subjetividade escolhida, construída pela ressignificação de si mesma.²⁴

Neste sentido, desterritorialização e reterritorialização são processos de (re)construção e transformação. As mulheres venezuelanas mostraram ser protagonistas na Diáspora Impulsionada e nas experiências de se tornarem sujeitos no mundo. Elas são mulheres em movimento, produzindo espaços existenciais e territórios de relações não prescritas devido ao efeito de discursos produzidos em esquemas de saber-poder.

Nesse movimento (incluindo o acesso à informação e a autonomia sobre o próprio corpo), a busca por pertencimento é marcada por disputas simbólicas e estereótipos de gênero que impactam diretamente a saúde sexual e reprodutiva. As mulheres foram confrontadas com expectativas sobre seu comportamento e seu (não) lugar na sociedade. Frequentemente, tais "expectativas de gênero" partem de concepções anteriores e perspectivas patriarcais, que são restritivas e questionadoras.²⁵

Esses estereótipos de gênero incidem diretamente sobre o respeito ao corpo e à sexualidade, sendo esta última associada à forma como a liberdade de escolha é vivenciada no exercício da sexualidade e da reprodução. Os impactos desses estereótipos se manifestam nas diferentes formas de violência sofridas: na delimitação dos espaços que

podem ser ocupados, na imposição de normas sobre modos de vida e comportamentos (tais como casamento, maternidade e vestuário), na objetificação dos corpos femininos, nas fronteiras territoriais e na dificuldade de romper com as estruturas de saber-poder que organizam a sociedade.²⁶ Tais situações podem afetar todas mulheres, mas aquelas em condição de refúgio enfrentam um agravante: elas estão mais vulneráveis e desprotegidas para reivindicar e acessar direitos, comprometendo diretamente sua autonomia, bem-estar e acesso ao exercício pleno da cidadania.

Neste cenário [diante do (não) lugar de pertencimento], a territorialidade se articula com corpo, gênero, nacionalidade, raça, classe, cultura, língua, geração, estado civil e sexualidade, produzindo espaços existenciais e materiais de violência quando os corpos das mulheres venezuelanas se tornam uma forma de distinção e/ou uma forma de classificar, agrupar, compreender, incluir ou excluir. Neste sentido, o corpo também se torna um marcador em si mesmo (além de ser atravessado pelos marcadores supracitados) diante da construção social, cultural, política e linguística dos autóctones. Assim, o corpo se torna um "corpo político", pois as mulheres venezuelanas são vistas por meio da perspectiva política de um ser não-nacional que não pertence ao lugar, à cultura e ao território.²⁷

No contexto de estigma, as identidades interseccionais catalisaram a construção de *corpos abjetos* em diferentes espaços durante os movimentos de diáspora e reterritorialização. Esses corpos podem ser entendidos como "corpos que não importam": ilegítimos, ininteligíveis e situados em um não-lugar.²⁸ O abjeto (enquanto não-sujeito) é sempre construído em referência à norma (a partir do olhar do sujeito autóctone sobre o estrangeiro) sendo ambos por meio de um processo necessário de abjeção e exclusão. Essa lógica compromete o acesso à saúde, à proteção e ao reconhecimento institucional, pois tanto os serviços como a sociedade tendem a reproduzir práticas discriminatórias e negligenciar demandas específicas quando não reconhecem essas dinâmicas.

A construção social do corpo abjeto tornou as mulheres venezuelanas refugiadas particularmente vulneráveis a várias formas de violência, que se intensificaram à medida que aumentavam suas possibilidades de inserção no território brasileiro. A Diáspora Impulsionada revelou que as violências não cessaram, só se multiplicaram e se

reconfiguraram (embora os atores sociais e os territórios físicos e existenciais tenham se transformado durante o processo migratório). Este cenário permite inferir que estamos imersos em uma cultura latino-americana marcada por estruturas machistas e patriarcais, que se perpetuam a partir de discursos de gênero e inferioridade, sustentando hierarquias sociais e mecanismos de opressão que violam os corpos femininos e negam sua legitimidade no espaço público.

Diante desse cenário de estigmatização, exclusão e violência simbólica, é necessário problematizar como tais dinâmicas podem repercutir na área da saúde e na linguagem do cuidado. Ao considerar o corpo como “corpo político”²⁷ (construído cultural, social e linguisticamente e atravessado por relações de poder) ficam evidentes os limites das práticas universalistas que ignoram as especificidades de sujeitos em situação de refúgio. Corpos abjetos²⁸ (que não ocupam os espaços legitimados de cidadania) enfrentam dificuldades sistemáticas de acesso à atenção, ao acolhimento e à proteção. Neste sentido, os serviços de saúde não podem se restringir à neutralidade técnica: eles devem incluir (como elementos constitutivos do cuidado) práticas emancipatórias, sensíveis às interseccionalidades, culturalmente competentes e comprometidas com o reconhecimento das diferenças. Sob essa perspectiva, a área da saúde também é um território de disputa, pois sua promoção exige a ruptura com modelos tradicionais de atenção, a inclusão de saberes plurais e a escuta qualificada das trajetórias que atravessam os corpos das mulheres refugiadas.

De acordo com o compromisso com a justiça social (que fundamenta o conceito de interseccionalidade),¹¹ é necessário considerar que os direitos e as liberdades são indivisíveis, sob pena de permanecerem como princípios formais acessíveis só a alguns grupos sociais. Mulheres refugiadas e autóctones (com intersecções de diferentes marcadores sociais) devem se beneficiar igualmente de condições dignas de trabalho, acesso à informação sobre políticas públicas e serviços de saúde de qualidade, sobretudo quando expostas a formas interseccionais de violência. O reconhecimento de determinados indivíduos e grupos (como sujeitos de direitos) pressupõe estender esse mesmo reconhecimento aos demais, evitando que desigualdades e privilégios sejam mantidos sob um aparente compromisso com a equidade. Nesse contexto, persistem as limitações na assistência a suas necessidades concretas de segurança e enfrentamento

das vulnerabilidades associadas à migração, embora haja um discurso de respeito às especificidades territoriais, culturais e sociais das mulheres refugiadas. Isso pode contribuir para manter estigmas e dificultar o pleno acesso aos direitos fundamentais.²⁹

Embora este estudo tenha buscado captar profundamente os sentidos atribuídos pelas mulheres venezuelanas às suas experiências de violência no contexto da Diáspora Impulsionada, algumas limitações devem ser reconhecidas. A concentração amostral em uma única cidade e a delimitação temporal da coleta restringem extrapolar os achados a outros contextos migratórios e territoriais. Além disso, as relações de poder e os estigmas associados à condição de refúgio podem ter influenciado o que foi dito (ou silenciado) pelas participantes. Porém, essas limitações não comprometem a relevância do estudo; antes, reforçam a complexidade do fenômeno investigado e apontam caminhos para futuros aprofundamentos teóricos e metodológicos.

Nossos achados contribuem para o contexto da saúde e da sociedade, reforçam a relevância das políticas públicas e práticas de saúde sensíveis às interseccionalidades, promovendo o empoderamento e a inclusão social das mulheres refugiadas. A pesquisa evidenciou a urgência de modelos locais de acolhimento e estratégias para reduzir a violência estrutural, assegurando acesso equitativo à saúde e fortalecendo ações intersetoriais. Ao aprofundar a compreensão da migração e da reterritorialização como processos multifacetados, a análise reafirma o compromisso com a justiça social e os direitos humanos, fortalecendo o debate para ações emancipatórias nos serviços de saúde e consolidando práticas concretas de atenção com enfoque intercultural, crítico e inclusivo.

Mesmo que este estudo esteja restrito a uma limitação temporal na coleta de dados, esse recorte não compromete a atualidade de suas inferências. As dinâmicas de reterritorialização e as barreiras de acesso observadas guardam atualidade e validade científica em relação ao fluxo migratório vigente. Assim, nossos resultados transcendem o registro histórico, possibilitando outras análises para melhor compreender a conformação das experiências de violência no processo da diáspora atemporal.

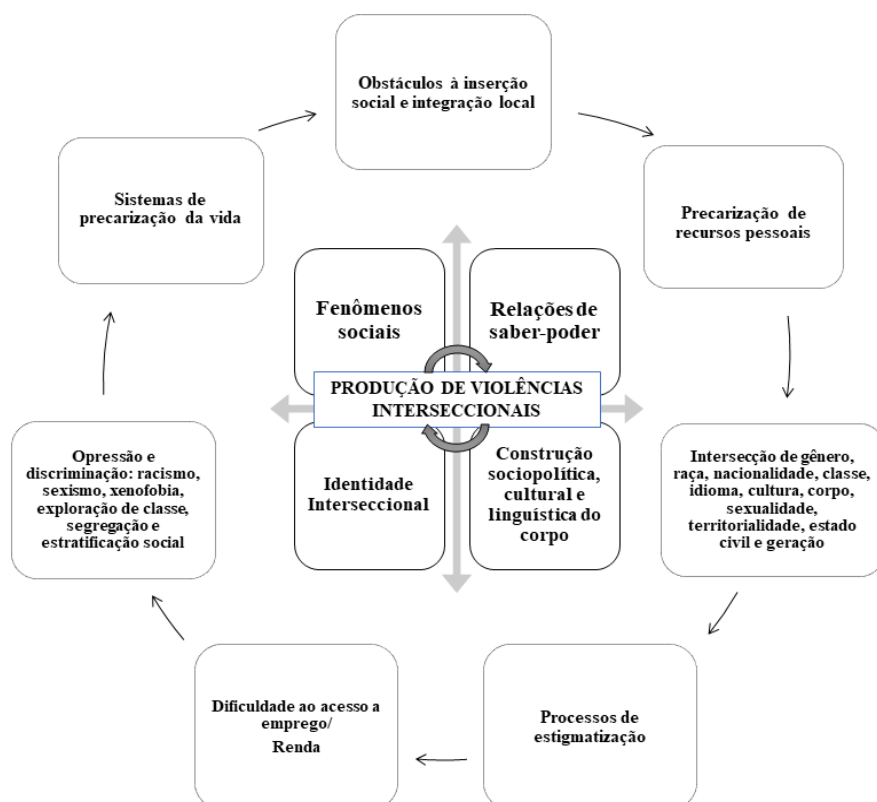
Conclusão

Entre mulheres em situação de refúgio, a Diáspora Impulsionada favorece a atribuição de identidades sociais estigmatizadas, sobretudo quando sua presença

confronta padrões hegemônicos. A inserção de mulheres venezuelanas em contextos de migração forçada e integração local evidencia um ciclo de violências e vulnerabilidades produzido pela intersecção de diferentes marcadores sociais, confirmando os pressupostos iniciais desta investigação.

A Figura 3 mostra a produção de violências em quatro níveis articulados: **fenômenos sociais** de opressão e discriminação (expressos por racismo, sexismo, xenofobia, exploração de classe, segregação e estratificação social); domínio de territórios físicos e simbólicos por **relações hierarquizadas de saber-poder** (que produzem subordinação e desempoderamento); atribuição de **identidades sociais interseccionadas**, (constituídas por marcadores tais como gênero, raça, nacionalidade, classe social, língua, cultura, corpo, sexualidade, territorialidade, estado civil e geração); e materialização das violências individual, social e institucional sobre o corpo, compreendida como uma **construção sociopolítica, cultural e linguística do corpo** (produzida pelas relações de poder).

Figura 3 - Produtos da análise interseccional



Em conjunto, esses níveis moldam as experiências das mulheres refugiadas, reproduzindo injustiça e assimetria estrutural. Os marcadores sociais não atuam linearmente: eles podem ampliar a exposição à violência, sendo simultaneamente reforçados por ela. A nacionalidade pode favorecer práticas discriminatórias, enquanto a violência institucional pode consolidar posições sociais estigmatizadas. Portanto, a análise interseccional permite compreender como os lugares sociais de pertencimento e não pertencimento influenciam as desigualdades em saúde, as escolhas, as experiências de vida e as formas de percepção e controle do corpo.

As desigualdades identificadas nos contextos de reterritorialização demandam uma agenda de justiça social capaz de orientar políticas públicas sensíveis às relações de saber-poder e às especificidades das trajetórias migratórias. Os melhores arranjos estruturais e institucionais observados no território de reterritorialização indicam o potencial de modelos locais e intersetoriais de intervenção (ajustados à realidade de municípios de pequeno porte) para promover o empoderamento das mulheres, fortalecer políticas emancipatórias e assegurar a proteção dos direitos humanos.

Na gestão local em saúde, a capacitação das equipes (especialmente de enfermagem) deve priorizar o reconhecimento dos riscos interseccionais. A Atenção Primária à Saúde (como porta de entrada do sistema) precisa ser consolidada como espaço de acolhimento intercultural e segurança ontológica. Nas consultas de enfermagem, a queixa clínica deve ser analisada em articulação com marcadores sociais (tais como raça, nacionalidade e estado civil). O rastreamento de violência e exploração laboral deve integrar a rotina assistencial de forma sensível, considerando que a intersecção de posições sociais marginalizadas pode silenciar denúncias e intensificar o sofrimento psíquico, o que requer um plano de cuidados singularizado e intersetorial.

Referências

1. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V). Personas refugiadas y migrantes de Venezuela [Internet]. R4V; 2024 [acceso en 2025 jun 07]. Disponible en: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>.
2. Organização Internacional para as Migrações (OIM). Deslocamentos assistidos de venezuelanos – abril de 2025 [Internet]. Brasília (DF): OIM Brasil; 2025 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2025-07/deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos-maio-2025.pdf>.

3. Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR/ACNUR). Publicações do AVCNUR Brasil [Internet]. Brasília (DF): UNHCR/ACNUR; 2025 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/publicacoes>.
4. Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR). Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Refúgio em Números. 9ª ed. [Internet]. Brasília (DF): OBMigra; 2024 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/copy3_of_RefugioemNmeros9edicaofinal.pdf.
5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios - 2025 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2025 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.
6. Milesi R, Coury P, Rovey J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. Aedos [Internet]. 2018 set 11 [acesso em 2025 jun 07];10(22):53-70. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/83376>.
7. Gehlen RGS, Langendorf TF, Vieira LB, Padoin SMM. Vulnerabilidades de mulheres refugiadas venezuelanas: violência e relações sociais interseccionais. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2023 [acesso em 2025 junho 07];57:e20220430. Disponível em: <https://revistas.usp.br/reeusp/article/view/236677>.
8. Strey MN, Cúnico SD. Teorias de gênero: feminismos e transgressão. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2021. (Gênero e Contemporaneidade; 11).
9. Hamann C, Pizzinato A, Rocha KB, Hennigen I. Marcadores de diferença e produção do self na prostituição masculina. Sex Saúde Soc. 2020;34:68-89. doi: 10.1590/1984-6487.sess.2020.34.05.a.
10. Foucault M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 1975. 36ª ed. Petrópolis: Vozes; 2024.
11. Collins PH. Se perdeu na tradução? Parágrafo [Internet]. 2017 [acesso em 2025 jun 07];5(1) . Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>.
12. Crenshaw K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review [Internet]. 1991 [acesso em 2025 jun 07];43(6):1241-99. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>.
13. Brah A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cad Pagu [Internet]. 2006;26(26):329-76 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCpmhy/?format=pdf>.
14. Crenshaw K. Background paper for the expert meeting on the gender-related aspects of race discrimination. Rev Estud Fem. 2002;10(1):171-88. doi: 10.1590/S0104-026X2002000100011.
15. Souza VR, Marziale MH, Silva GTR, Nascimento VC. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. Acta Paul Enferm. 2021;34. doi: 10.37689/acta-ape/2021AO02631.
16. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BR); Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela [Internet]. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; 2023 [acesso em 2026 jul 30]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2023-interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-a-integracao-socioeconomica.pdf>.

17. Minayo MCS. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Rev Pesqui Qual [Internet]. 2017 [acesso em 2025 junho 07];5(7):1-12. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF; 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 07 jun. 2025.
19. Marinucci R, Gonçalves MCS. Perspectivas diaspóricas: memórias, encontros e resistências. REMHU. 2021;29(62). doi: 10.1590/1980-85852503880006201.
20. Berger PL, Luckmann T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Edição revisada. Petrópolis: Vozes; 2014.
21. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Ed rev. Rio de Janeiro: LTC; 2023.
22. Carvalho MP. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Cad Pesqui. 2000;109. doi: 10.1590/S0100-15742000000100012.
23. Méndez NP. A mulher na sociedade de classes: contribuições para uma historiografia feminista. Rev Estudos Feministas. 2021;29(1). doi: 10.1590/1806-9584-2021v29n176728. (Seção Temática Heleieth Saffioti - 50 anos d'A mulher na sociedade de classes).
24. Eribon D. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro (RJ): Companhia de Freud; 2008.
25. Adichie CN. Sejamos todos feministas. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
26. Fernandes JM, Onuma FMS. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. Cad EBAPE.BR. 2024;22. doi: 10.1590/1679-395120230124.
27. Damico JGS, Meyer DE. O corpo como marcador social. Saúde, beleza e valoração de cuidados corporais de jovens mulheres. Rev Bras Ciênc Esporte [Internet]. 2006;27(3):103-18 [acesso em 2025 jun 07]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338526008.pdf>.
28. Cezar JMO. O “anormal” de Foucault e os “corpos que (não) importam” de Butler: um debate a respeito das violências cometidas contra os sujeitos que estão fora das normas. Rev Contemp. 2023 jul 26;3(07):9151-63. doi: 10.56083/RCV3N7-093.
29. UN Women. Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o panorama de gênero 2024 [Internet]. Nova York: UN Women; 2024 [cited 2025 Jun 07]. Available from: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2024/09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2024>.

Contribuições de autoria

1 – Rubia Geovana Smaniotto Gehlen

Autor Correspondente

Enfermeira, Doutora – rubia.gehlen@acad.ufsm.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

2 – Laís Alves Molina

Enfermeira – lais.molina@acad.ufsm.br

Revisão e aprovação da versão final

3 – Marta Cocco

Enfermeira, Professora, Doutora – marta.c.c@ufsm.br

Revisão e aprovação da versão final

4 – Maria del Mar Pastor Bravo

Enfermeira, Professora, Doutora – marpastorbravo@um.es

Revisão e aprovação da versão final

5 – Tassiane Ferreira Langendorf

Enfermeira, Professora, Doutora – tassiane.langendorf@ufsm.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

6 – Stela Maris de Mello Padoin

Enfermeira, Professora, Doutora – stela.padoin@ufsm.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

Editor-Chefe: Cristiane Cardoso de Paula

Editor Associado: Ana Paula de Assis Sales

Como citar este artigo

Gehlen RGS, Molina LA, Cocco M, Bravo MDMP, Langendorf TF, Padoin SMM. Driven diaspora: intersectionality, differences, and power in the production of violence experiences among Venezuelan refugee women. Rev. Enferm. UFSM. 2026 [Access at: Year Month Day]; vol.16, e17:1-24. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769292646>